



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2024

(Processo Administrativo n.º 50300.008654/2023-70)

Torna-se público que a **Agência Nacional de Transportes Aquaviários**, por meio da Gerência de Licitações e Contratos, sediada na SEPN 514, Conjunto E, Edifício ANTAQ, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Objeto: Contratação de Solução de Automação Multimídia Plenário, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Valor total da contratação: R\$ 1.509.019,60 (um milhão, quinhentos e nove mil, dezenove reais e sessenta centavos)

Data da sessão pública: 27/03/2024 às 09h30min (horário de Brasília)

Critério de Julgamento: Menor preço por item e global.

Modo de disputa: aberto e fechado

Preferência ME/EPP/EQUIPARADAS: Sim

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1. DO OBJETO

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	MICROFONE GOOSENECK COM BASE COM FIO 1.1. Microfone do tipo gooseneck com duas partes flexíveis; 1.2. Padrão polar de captação cardioide; 1.3. Comprimento entre 380 mm e 480 mm; 1.4. Tipo de cápsula: condensador; 1.5. Alimentação phantom power; 1.6. Máximo nível de pressão sonora suportado, maior que 100 dB; 1.7. Alcance dinâmico maior que 90 dB; 1.8. Relação sinal-ruído melhor que 66 dB; 1.9. Resposta em frequência de 85 Hz a 16kHz;	unidade	8	R\$ 8.166,06	R\$ 65.328,48

	<p>1.10. Sensibilidade menor ou igual a -30 dBV/Pa;</p> <p>1.11. Impedância menor ou igual à 200 ohms;</p> <p>1.12. Ser produzido na cor preta;</p> <p>1.13. Deve vir acompanhado de espuma de proteção contra sopro e base de mesa para o microfone.</p>				
2	<p>MICROFONE BASTÃO SEM FIO</p> <p>1.1. Deve ser composto por transmissor e receptor, com transmissão digital;</p> <p>1.2. Possuir autogerenciamento de canais;</p> <p>1.3. Cápsula do tipo condensador;</p> <p>1.4. Alcance dinâmico: maior que 110 dB;</p> <p>1.5. Saída: balanceada e desbalanceada, em conectores separados;</p> <p>1.6. Antenas destacáveis e compatíveis com sistemas de antenas remotas;</p> <p>1.7. Transmissor:</p> <p>1.7.1. Tipo: bastão;</p> <p>1.7.2. Padrão polar: supercardióide ou hipercardióide;</p> <p>1.7.3. Botão on/off;</p> <p>1.7.4. Display LCD para indicação de sinal de RF, nome e status da bateria.</p> <p>1.8. O chassi deve possuir interface de comunicação de dados através de porta exclusiva para esse fim;</p> <p>1.9. O transmissor deve operar com duas baterias do tipo AA, por no mínimo oito horas, garantido em documentação do fabricante;</p> <p>1.10. Deve ser fornecido com conjunto compatível de bateria recarregável interna ou externa e carregador, do mesmo fabricante do microfone.</p> <p>1.11. O equipamento deve ser homologado pela ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações.</p>	unidade	2	R\$ 21.664,36	R\$ 43.328,71
3	<p>PROCESSADOR DIGITAL DE SINAIS DE AUDIO</p> <p>1.1. Processador digital de áudio para sistemas de sonorização;</p> <p>1.2. Possuir oito saídas balanceadas;</p> <p>1.3. Possuir doze entradas balanceadas para microfone e linha, com phantom power e cancelamento de eco acústico;</p> <p>1.4. Conversão A/D e D/A:</p> <p>1.4.1. Profundidade: 24 bit ou maior;</p> <p>1.4.2. Amostragem: 48kHz, ou maior;</p> <p>1.5. Resposta de frequência: de 20 Hz a 20 KHz, com variação máxima de +/- 0,5 dB;</p> <p>1.6. Suportar comunicação com linha telefônica analógica e linha telefônica IP (VoIP) para permitir chamadas e teleconferências;</p> <p>1.7. Permitir a comunicação de áudio multicanal com computadores utilizando conexão USB integrada, para utilização em chamadas de web conferências;</p> <p>1.8. Deve suportar nativamente protocolos de áudio em rede em camada 3, AES67 ou Dante, com no mínimo 32 canais;</p> <p>1.9. Interface de comunicação serial RS-232 para integração com sistemas de automação;</p> <p>1.10. Interface de rede gigabit ethernet;</p> <p>1.11. Deve permitir a criação de GUI de operação do sistema;</p> <p>1.12. Montável em rack 19”;</p> <p>1.13. Alimentação 120 VAC - 240 VAC, 50 - 60 Hz</p>	unidade	1	R\$ 99.563,36	R\$ 99.563,36

4	<p>EXPANSOR DE CANAIS PARA PROCESSADOR DE AUDIO</p> <p>1.1. O expansor de canais para processador de áudio deve ser totalmente compatível e integrado ao processador de áudio ofertado;</p> <p>1.2. Possuir capacidade instalada de receber e enviar áudio digital em rede, usando protocolo Dante ou AES67;</p> <p>1.3. Deve possuir quatro entradas e quatro saídas de áudio analógico;</p> <p>1.4. Todas as entradas físicas devem e suportar fontes em nível de linha e nível de microfone com sinal balanceado e fornecer alimentação phantom power;</p> <p>1.5. Todas as saídas devem fornecer sinal balanceado em nível de linha;</p> <p>1.6. Deve possuir duas interfaces de rede gigabit ethernet;</p> <p>1.7. Possibilitar a alimentação do equipamento, preferencialmente através de fonte PoE/PoE+ ou ser fornecido com fonte elétrica bivolt;</p> <p>1.8. A interface deve receber as fontes de áudio locais e enviar para o processador de áudio por meio da rede de dados;</p> <p>1.9. Para atendimento das demandas solicitadas acima, a interface pode ser formada por mais de um equipamento;</p> <p>1.10. Deve ser compatível e instalável em rack padrão 19 polegadas.</p>	unidade	1	R\$ 71.375,15	R\$ 71.375,15
5	<p>DISTRIBUIDOR DE SINAIS DE AUDIO PARA A IMPRENSA</p> <p>1.1. Distribui o áudio de entrada de linha para 12 portas XLR no padrão saída mic;</p> <p>1.2. Transformador interno de isolamento para cada porta de saída;</p> <p>1.3. Impedância de cada saída: 150 ohms;</p> <p>1.4. Impedância de entrada: entre 2K a 3kOhms.</p>	unidade	1	R\$ 22.810,41	R\$ 22.810,41
6	<p>AMPLIFICADOR DE AUDIO</p> <p>1.1. Amplificador classe D;</p> <p>1.2. Possuir oito canais independentes;</p> <p>1.3. Potência por canal: no mínimo 100WRMS, a 8 ohms, 4 ohms e 70 V;</p> <p>1.4. Operar em linhas de 70 V;</p> <p>1.5. Possuir controles de níveis dos canais;</p> <p>1.6. Entradas nível linha balanceada em conectores tipo XLR de 3 pinos ou Euroblock;</p> <p>1.7. Possuir capacidade instalada de receber áudio digital em rede, usando protocolo Dante ou AES67;</p> <p>1.8. Permitir o roteamento de sinais internamente por meio de seu DSP;</p> <p>1.9. Saídas amplificadas em conectores AES-45 ou terminais com parafusos;</p> <p>1.10. Deve possuir indicadores de sinal e limite ou falha;</p> <p>1.11. Deve possuir sistemas de proteção;</p> <p>1.12. Ventilação forçada;</p> <p>1.13. Porta lógica para integração com sistema de automação ou supervisão;</p> <p>1.14. Ter relação sinal-ruído melhor que 100 dB;</p> <p>1.15. Fator de amortecimento maior que 100;</p> <p>1.16. Sistema de economia de energia;</p> <p>1.17. Alimentação: 100/240V;</p> <p>1.18. Permitir montagem em rack padrão 19”;</p>	unidade	1	R\$ 93.492,34	R\$ 93.492,34

	1.19. Pode ser composto por módulos, desde que atendam às especificações e sejam do mesmo fabricante.				
7	CAIXA ACÚSTICA TIPO ARRAY COM SUPORTE 1.1. Composta por 16 (dezesseis) ou mais drivers de 1.25" a 3,5"; 1.2. Cobertura horizontal: 140° a 180°; 1.3. Cobertura vertical: 0° a 30° ou 15° a 40°; 1.4. Resposta de frequências (-10dB): 120 Hz a 20 kHz; 1.5. Potência nominal: 325 W RMS, ou maior; 1.6. Sensibilidade: 88 dB SPL, ou maior; 1.7. Pressão sonora máxima contínua: 112 dB SPL (a 1m), ou melhor; 1.8. Impedância nominal: 8 ou 16 ohms; 1.9. Possuir transformador interno para operação em linhas de 100 V e 70 V; 1.10. Deve acompanhar suporte de parede. 1.11. Deve ser fornecida na cor branca ou preta, conforme colocação da ordem de serviço.	unidade	4	R\$ 23.960,79	R\$ 95.843,17
8	CAIXA ACÚSTICA SUBWOOFER 1.1. Caixa acústica passiva para complemento de baixas frequências; 1.2. Potência: 400 W, ou superior; 1.3. Possuir capacidade de conexão com linhas de baixa impedância, até 16 ohms, no máximo; 1.4. Sensibilidade: 91 dB/W a 1 m ou superior; 1.5. Máximo nível de pressão sonora de 120 dB a um metro; 1.6. Faixa de operação em frequência que inclua a banda de 45 Hz a 220 kHz, 1.7. - 10 dB; 1.8. Dois conectores de sinal tipo AES45 (Speakon) ou conector de bloco; 1.9. Deve ser fornecida na cor branca ou preta, conforme colocação da ordem de serviço.	unidade	1	R\$ 15.500,31	R\$ 15.500,31
9	MONITOR DE REFERÊNCIA 1.1. Monitor de referência para retorno de áudio, para uso em campo próximo; 1.2. Ser do tipo ativo e ser formado por dois transdutores, gabinete para instalação sobre mesa; 1.3. Deve possuir um alto-falante com cone de kevlar de 4 a 6 polegadas e um tweeter com cone de seda com dimensão entre 0,75 e 1,25 polegadas; 1.4. Deve possuir potência total igual a 60 W ou superior; 1.5. THD menor ou igual a um por cento em meia potência; 1.6. Deve possuir resposta em frequência que inclua, no mínimo, a faixa de 50 a 20 kHz; 1.7. Deve possuir uma entrada de linha com conector tipo combo XLR/TRS 1/4"; suportando sinais balanceados e desbalanceados; 1.8. Deve possuir controle de volume na parte frontal ou traseira; 1.9. Deve possuir LED indicador de funcionamento parte frontal; 1.10. Tensão de alimentação 100 / 240 VAC, 50 / 60 Hz.	unidade	1	R\$ 5.816,35	R\$ 5.816,35
10	MONITOR DE LED PARA RETORNO DE VIDEO 75" 1.1. Monitor do tipo stand-alone; 1.2. Tecnologia: LCD, VA ou IPS; 1.3. Diagonal do Módulo LED de tamanho de 75";	unidade	6	R\$ 44.443,91	R\$ 266.663,46

	<p>1.4. Montagem: Horizontal ou Vertical;</p> <p>1.5. Brilho mínimo de 350 cd/m²;</p> <p>1.6. Cor do visor: gama de 92% ou maior;</p> <p>1.7. Nível de Contraste mínimo: 1200:1;</p> <p>1.8. Resolução mínima Individual do Módulo: 1920x1080 pixels;</p> <p>1.9. Interfaces mínimas: 2 x HDMI; 1 x RJ45; 1 x Display Port, RS-232 (entrada e saída); 1 x áudio (3,5 mm);</p> <p>1.10. Alimentação Elétrica do Painei bivoit: 100 ~ 230 Vca - 50/60 Hz com chaveamento automático;</p> <p>1.11. Possuir compatibilidade com suportes padrão VESA;</p> <p>1.12. Consumo Elétrico máximo: 200W;</p> <p>1.13. Deve ser fornecido com suporte de teto com ajuste de altura e inclinação para o Plenário.</p> <p>1.14. Deve ser fornecido com suporte de parede com ajustes para as salas de reunião.</p>				
11	<p>MATRIZ DE VIDEO 8X8 HDMI</p> <p>1.1. Matriz deve ser do tipo 8 x 8 HDMI, que permita que qualquer entrada seja transferida para qualquer ou todas as saídas com roteamento digital;</p> <p>1.2. Permitir roteamento do áudio embarcado nas entradas e saídas;</p> <p>1.3. Deve possuir oito portas de entrada e oito portas de saída de áudio analógico;</p> <p>1.4. Suporte a HDCP, para ser encaminhado livremente aos canais de saída roteados;</p> <p>1.5. Deve suportar resolução mínima Full HD 60 Hz;</p> <p>1.6. Suportar HDR;</p> <p>1.7. Deve possuir função EDID para garantir a funcionalidade adequada com dispositivos de origem;</p> <p>1.8. Possuir porta de controle RS-232 para integração com central de automação;</p> <p>1.9. Possuir porta de rede Ethernet que permita configurar e controlar a matriz;</p> <p>1.10. Suportar HDMI ARC;</p> <p>1.11. Suporte a 10 presets de configuração;</p> <p>1.12. Deve possuir padrão de montagem em rack padrão 19";</p> <p>1.13. Tensão de 100 a 240V, 50/60 Hz.</p>	unidade	1	R\$ 104.148,25	R\$ 104.148,25
12	<p>CENTRAL DE AUTOMAÇÃO E CONTROLE</p> <p>1.1. Central de automação e controle para montagem em rack padrão 19".</p> <p>1.2. Possuir no mínimo:</p> <p>1.2.1. 8 x portas IR/Serial;</p> <p>1.2.2. 8 x portas I/O;</p> <p>1.2.3. 8 x interfaces de relé;</p> <p>1.2.4. 1 x portas RS-232 / RS-422 / RS-485 bidirecional;</p> <p>1.2.5. 2 x portas RS-232 bidirecionais;</p> <p>1.2.6. 1 x Ethernet 10/100Mbps;</p> <p>1.2.7. 1 x USB.</p> <p>1.3. Ser fornecido com fonte de alimentação bivoit;</p> <p>1.4. Possuir LEDs com indicação de atividades;</p> <p>1.5. Fornecer licenças de desenvolvimento necessárias e demais acessórios necessários para a integração com a solução.</p>	unidade	1	R\$ 49.019,63	R\$ 49.019,63
13	<p>UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA AUTOMATIZADA</p> <p>1.1. Interface inteligente de distribuição de energia;</p>	unidade	2	R\$ 2.700,87	R\$ 5.401,73

	<p>1.2. Possuir no mínimo oito saídas 2P+T controladas e monitoradas individualmente;</p> <p>1.3. Permitir o monitoramento dos dispositivos conectados por meio do protocolo SNMP;</p> <p>1.4. Possuir proteção das saídas e permitir uma corrente total de no mínimo 10 Amperes;</p> <p>1.5. Possuir porta de rede ethernet para comunicação e controle, além de indicação luminosa de funcionamento nas saídas;</p> <p>1.6. Possuir interface web embarcada ou integração com a central de automação ofertada.</p>				
14	<p>PONTO DE ACESSO WIRELESS</p> <p>1.1. Rádio simultâneo da dupla faixa 5GHz a 850 Mbps;</p> <p>1.2. Frequência de Operação: 2.4 GHz e 5 GHz;</p> <p>1.3. Padrões Wi-Fi: 802.11 ac Wave;</p> <p>1.4. Usuários simultâneos: cinquenta;</p> <p>1.5. Interface de Rede: (1) RJ45 GbE;</p> <p>1.6. Método de Alimentação: Power over Ethernet (POE) 802.3af;</p> <p>1.7. O equipamento deve ser homologado pela ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações;</p>	unidade	1	R\$ 9.007,25	R\$ 9.007,25
15	<p>INTERFACE DE OPERAÇÃO SEM FIO COM DOCK DE PAREDE</p> <p>1.1. Possuir tela de LED com diagonal de 10,2'' Multi-Touch;</p> <p>1.2. Possuir processador Hexa-Core A12 ou superior;</p> <p>1.3. Conexão Wi-fi 802.11ac ou superior;</p> <p>1.4. Conexão Bluetooth 4.2;</p> <p>1.5. Possuir 10 horas de bateria por carga;</p> <p>1.6. Deve ser compatível com Mac ou Windows;</p> <p>1.7. Deve acompanhar dock de mesa que fixa e carrega a bateria do painel por tecnologia de indução;</p> <p>1.8. Possuir capa de proteção para montagem semipermanente e fixação magnética com a base de carga;</p> <p>1.9. Deve vir acompanhados de todos os acessórios e softwares necessários para instalação e controle dos equipamentos de áudio, vídeo e automação ofertados.</p>	unidade	1	R\$ 12.028,81	R\$ 12.028,81
16	<p>INTERFACE DE CONTROLE TOUCHSCREEN 19"</p> <p>1.1. Processamento de core i5 1.8GHz de oitava geração ou superior;</p> <p>1.2. Memória RAM 8GB 2133MHz DDR4;</p> <p>1.3. Disco Rígido 128 GB SSD;</p> <p>1.4. Compatível com Sistema Operacional Windows 10;</p> <p>1.5. Três ou mais portas USB 2.0 ou superior;</p> <p>1.6. Tela Touch Screen 19,5" ou maior, montada juto ao equipamento formando uma peça única;</p> <p>1.7. Brilho da tela: 200 nits, ou maior;</p> <p>1.8. Contraste: 1000:1, ou melhor.</p> <p>1.9. Tempo de resposta 6 ms, ou menor;</p> <p>1.10. Porta Ethernet RJ45 Gigabit;</p> <p>1.11. Deve vir acompanhados de todos os acessórios necessários para instalação, inclusive teclado e mouse sem fios.</p>	unidade	1	R\$ 28.388,83	R\$ 28.388,83
17	<p>DISPOSITIVO DE CAPTURA DE AUDIO E VIDEO</p> <p>1.1. O dispositivo deve possuir uma interface de conexão de dados do tipo USB na versão 3.0 ou superior;</p>	unidade	1	R\$ 11.696,35	R\$ 11.696,35

	<p>1.2. Deve possuir uma entrada e uma saída de vídeo (loop-out) no padrão HDMI 2.0;</p> <p>1.3. Deve também possuir uma entrada e uma saída de áudio analógico;</p> <p>1.4. Deverá suportar a captura de imagens com resoluções Full HD ou superior;</p> <p>1.5. Deve ser compatível com EDID;</p> <p>1.6. Deve ser capaz de fazer cortes, realizar o escalonamento, a inversão e o espelhamento da imagem.</p> <p>1.7. Deve ser compatível com sistemas operacionais Windows, Mac e Linux;</p> <p>1.8. Deve ser compatível com Zoom, MS Teams, OBS Studio e Vmix.</p>				
18	<p>ENCODER DE AUDIO E VIDEO DIGITAL HD</p> <p>1.1. Deve possuir entradas de vídeo SDI e HDMI que suportem, com identificação automática, as resoluções:</p> <p>1.1.1. 1920x1080P@60/59.94/50/24/23.98 FPS;</p> <p>1.1.2. 1280x720@ 60/59.94/50 FPS;</p> <p>1.1.3. 1920x1080i 29.97/25 FPS.</p> <p>1.2. Deve possuir entrada de áudio estéreo analógica via conector 1/8”;</p> <p>1.3. Para saída de áudio, todos os sinais deverão ser embutidos no sinal HDMI;</p> <p>1.4. Deve permitir saída de áudio através de saída desbalanceada com conector 1/8”;</p> <p>1.5. Codificação selecionável com resolução de 128x128 a 1920x1080;</p> <p>1.6. Taxa de bits para somente gravação deve estar entre 100kbps à 30Mbps;</p> <p>1.7. Taxa de bits para somente transmissão deve estar entre 100kbps a 20Mbps;</p> <p>1.8. Padrão de codificação de áudio deve ser AAC-LC;</p> <p>1.9. Amostragem de áudio deve estar entre 32, 41.1 e 48kHz quando digitalizado a partir de fonte analógica;</p> <p>1.10. Taxa de bits deve variar de 32kbps a 256 kbps;</p> <p>1.11. Deve apresentar scaler ou upscaling de alta qualidade com variação de 10 bits, quando gravando ou transmitindo;</p> <p>1.12. A gravação deve ser no padrão MP4 e MOV com dois canais de áudio AAC embutido;</p> <p>1.13. Deve possuir capacidade de 300 minutos de gravação;</p> <p>1.14. Deve possuir uma porta RJ45 fornecendo 10/100/1000 Base-T Ethernet com endereçamento estático ou DHCP com protocolos RTMP, RTSP/RTP, suporte IPv4 e ter opções Unicast e Multi Unicast;</p> <p>1.15. Para armazenamento deve possuir 02 portas USB com suporte para NTFS e FAT32, cartões SD, SDHC e SDXC e suporte para gravar em pastas compartilhadas em computadores na rede;</p> <p>1.16. Alimentação 110/220v.</p>	unidade	1	R\$ 37.303,64	R\$ 37.303,64
19	<p>CÂMERA MÓVEL</p> <p>1.1. Deve possuir um sensor Full HD 1/2.8" Type CMOS;</p> <p>1.2. Sua lente deve ser capaz de fornecer um zoom de 20x ótico;</p> <p>1.3. Sinal de saída de vídeo: 1080P60/50/30/25/59.94/29.97, 1080I60/50/59.94;</p> <p>1.4. Rotação PAN: -170 to +170°;</p>	unidade	4	R\$ 18.980,50	R\$ 75.922,00

	1.5. Rotação tilt: -30 to +90°; 1.6. Velocidade de rotação de no mínimo 60°/s; 1.7. Saída de vídeo SDI e LAN; 1.8. Interface LAN: RJ45; 1.9. Interface RS232 controle; 1.10. Possuir WDR: Dinâmico e Desligado; 1.11. Ajuste de White Balance: Ligado e Desligado; 1.12. Ajuste de vídeo: Brilho, Cor, Curva Gamma e Contraste.				
20	CONTROLE PARA CÂMARAS MÓVEIS 1.1. Permite uso do protocolo Pelco e Visca; 1.2. Permite o gerenciamento de câmeras via RS232; 1.3. Display LCD ou OLED; 1.4. Protocolo RS-422; 1.5. Permite o controle de Zoom, Foco, Iris; 1.6. Mínimo 100 Presets; 1.7. Deve ser compatível com as câmeras ofertadas;	unidade	1	R\$ 9.312,60	R\$ 9.312,60
21	MONITOR DE MULTI VISUALIZAÇÃO 1.1. Diagonal da tela de 21" a 25"; 1.2. Tecnologia LED; 1.3. Cobertura antirreflexo; 1.4. Tempo de resposta: 10 ms, ou menor; 1.5. Dot pitch: 0,3 mm x 0,3 mm, ou menor; 1.6. Quantidade de cores: 16,7 milhões de cores, ou maior; 1.7. Contraste típico 1000:1, ou maior; 1.8. Brilho: no mínimo, 250 cd/m², no máximo 350 cd/m²; 1.9. Entrada de vídeo: Display Port ou HDMI; 1.10. Resolução: 1920 x 1080 a 60 Hz; 1.11. Ângulo de visão (H/V) mínimo: 178°; 1.12. Furação para fixação em padrão VESA100 ou menor; 1.13. A base deve permitir ajuste de angulação (tilt), altura e rotação sobre o eixo vertical e horizontal; 1.14. Operar com tensão de entre 100 e 240 VAC.	unidade	1	R\$ 9.397,60	R\$ 9.397,60
22	SWITCHER DE VIDEO DIGITAL HD 1.1. Entradas HD sendo 5x SD/HD SDI e 2x SD/HD HDMI; 1.2. Possuir escalonador interno individual para todas as entradas de vídeo; 1.3. Formatos: 1.3.1. 1080p30/1080p29/1080p25/1080p24/1080p23; 1.3.2. 1080i60/1080i59/1080i50/720p60/720p59/720p50; 1.3.3. 1080p60/1080p59/1080p50. 1.4. Saídas: 2x HD-SDI (PGM), 3x HD-SDI (AUX); 1.5. Multivisualização: 1x HDMI; 1.6. Deve possuir portas de entrada de áudio balanceadas; 1.7. Deve possuir painel de operação com tela de LCD sensível ao toque incorporada; 1.8. Deve possuir recurso de PIP; 1.9. Deve possuir recurso de DSK; 1.10. Gerenciamento e controle via software próprio; 1.11. Deve acompanhar todos os adaptadores necessários para conexão das fontes de entrada e saídas de vídeo conforme o projeto.	unidade	1	R\$ 74.415,00	R\$ 74.415,00

23	<p>EXTENSOR DE VIDEO SOBRE CABO UTP</p> <p>1.1. Ser compatível com a matriz de vídeo do item 22;</p> <p>1.2. Possuir (Transmissor): 1 x HDMI de entrada e 1 x RJ45 de saída;</p> <p>1.3. Possuir (Receptores): 1x RJ45 de entrada e 1 x HDMI de saída;</p> <p>1.4. Máximo comprimento do cabo UTP: 60m, em resolução Full HD ou superior @ 30 Hz;</p> <p>1.5. Suporte à resolução: Full HD ou superior @ 60 Hz (4:4:4) e HDR;</p> <p>1.6. Suporte a áudio: Dolby TrueHD, DTS-HD;</p> <p>1.7. Compatível com EDID e HDCP;</p> <p>1.8. Composto por transmissor e receptor individuais;</p> <p>1.9. Deve possuir taxa de dados de no mínimo 6Gbps por canal;</p>	unidade	6	R\$ 16.391,50	R\$ 98.348,98
24	<p>SISTEMA DE COMPARTILHAMENTO DE IMAGENS SEM FIO</p> <p>1.1. O sistema deve ser capaz de receber imagens de computadores e dispositivos móveis sem uso de cabos conectados a estes dispositivos;</p> <p>1.2. Possuir uma saída e uma entrada de vídeo digital;</p> <p>1.3. Compatibilidade com dispositivos Windows, Android e iOS;</p> <p>1.4. Possuir funcionalidade de quadro branco incorporada;</p> <p>1.5. Suportar fluxo de vídeo de no mínimo full HD 1080p e 30 quadros por segundo;</p> <p>1.6. Apresentar, no mínimo, 4 imagens compartilhadas em uma mesma saída de vídeo;</p> <p>1.7. Possuir no mínimo 2 portas USB incorporadas ao chassi do equipamento;</p> <p>1.8. Possuir código de autenticação de usuário;</p> <p>1.9. Deve possuir uma porta de rede de 1000Mbps (Gigabit);</p> <p>1.10. Alimentação através de porta PoE, fonte externa ou fonte interna;</p> <p>1.11. Deve ser compatível com o item 19 "UNIDADE DE TELECONFERENCIA PARA SALAS MÉDIAS"</p> <p>1.12. Deve ser fornecido com equipamento do tipo ponto de acesso wireless com as seguintes funcionalidades:</p> <p>1.12.1. WiFi 802.11ac dual band ou superior;</p> <p>1.12.2. Estar compatível com tecnologia MIMO;</p> <p>1.12.3. Possuir antenas internas;</p> <p>1.12.4. Operar em modo ponto de acesso ou modo cliente.</p>	unidade	1	R\$ 31.965,24	R\$ 31.965,24
25	<p>SWITCH ETHERNET 24 PORTAS GERENCIÁVEL</p> <p>1.1. Switch de rede do tipo gerenciável;</p> <p>1.2. Gabinete padrão 19";</p> <p>1.3. Deverão ser fornecidos todos os cabos e acessórios para a ligação e montagem do switch em rack padrão 19";</p> <p>1.4. O equipamento deverá possuir fonte de alimentação interna que opere na faixa de tensão de 100- 240VAC;</p> <p>1.5. Possuir 24 portas RJ45 Gigabit Ethernet (10/100/1000Mbps);</p> <p>1.6. As portas deverão ser compatíveis com alimentação PoE (Power over Ethernet) e fornecer no mínimo 190W entre elas;</p>	unidade	1	R\$ 37.948,04	R\$ 37.948,04

	<p>1.7. Deve possuir no mínimo 2 portas SFP;</p> <p>1.8. Deve ser compatível com os padrões IEEE 802.3, 802.3u, 802.3ab, 802.3z, 802.3x, 802.1p, 802.1 q, 802.1d, 802.1w, 802.1s, 802.1ax, 802.3ad, 802.3af e 802.3at;</p> <p>1.9. Deve possuir uma capacidade de switching de no mínimo 76 Gbps;</p> <p>1.10. Deve possuir uma capacidade de encaminhamento de pacotes de no mínimo 50 Mpps;</p> <p>1.11. Implementar no mínimo 64 rotas estáticas IPV4 e 32 rotas estáticas IPV6;</p> <p>1.12. Capacidade de possuir até 4000 VLANs IDs.</p>				
26	<p>RACK METÁLICO PADRÃO 19" 40UR</p> <p>1.1. 40 unidades rack (UR) de altura;</p> <p>1.2. Profundidade mínima: 870mm;</p> <p>1.3. Rack fechado composto por estrutura soldada;</p> <p>1.4. Acabamento na cor preta;</p> <p>1.5. Placas laterais e traseira removíveis por fecho rápido e porta frontal em aço com fechadura e vidro temperado;</p> <p>1.6. Conjunto de 4 rodízios composto por: 2 rodízios sem trava; 2 rodízios com trava;</p> <p>1.7. Bandejas fixas e móveis em número suficiente à acomodação de todos os equipamentos ofertados que pertençam ao padrão 19";</p> <p>1.8. Painéis frontais cegos, para os espaços vagos com acabamento na cor preta;</p> <p>1.9. Sistema de ventilação forçada, com sinalização luminosa;</p> <p>1.10. Passa-cabos com tampa encaixável e acabamento na cor preta;</p> <p>1.11. Kit de fixação composto por: porca gaiola M5, parafusos Philips M5x15 e arruelas lisas M5, em número suficiente para instalação de todos os equipamentos ofertados.</p>	unidade	1	R\$ 21.519,73	R\$ 21.519,73
27	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO - MINI AUDITÓRIO/PLENÁRIO	unidade	1	R\$ 61.253,00	R\$ 61.253,00
28	TREINAMENTO	unidade	1	R\$ 12.353,15	R\$ 12.353,15
29	<p>MÓVEL TÉCNICO PARA OPERAÇÃO</p> <p>1. Comportar um técnico com espaço para colocar até dois suportes para monitores de vídeo;</p> <p>2. Travessas e braços de apoio fabricados em aço;</p> <p>3. Possuir calhas para passagem de cabos;</p> <p>4. Tampa de acesso para cabos na parte superior da mesa;</p> <p>5. Fechamentos em chapa de aço com pintura eletrostática;</p> <p>6. Possuir tampos laterais;</p> <p>7. Tampo de mesa fabricado em aglomerado com revestimento em laminado melamínico com bordas PVC arredondadas;</p> <p>8. Pés estruturais fabricados em chapa de aço com reforço e niveladores, com rosca M12 e cabeça sextavada, injetada em nylon, e com sistema de nivelamento de altura através de chave sextavada;</p> <p>9. Possuir suporte articulado para monitores de até 32";</p> <p>10. Capacidade de carga estática dos tampos de até 150kg;</p> <p>11. Medidas sugeridas: 1400mm x 1000mm com altura em relação ao piso de 76mm;</p>	unidade	2	R\$ 19.934,00	R\$ 39.868,00

	12.Deve ser totalmente customizado de acordo com o espaço disponível na cabine técnica. O projeto deve ser aprovado na apresentação do projeto executivo.				
VALOR TOTAL					R\$ 1.509.019,60

1.1. **O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de Solução de Automação Multimídia Plenário, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.**

1.2. SUPRIMIDO

1.3. SUPRIMIDO

1.4. SUPRIMIDO

1.5. A licitação será realizada em grupo único, formados por 29 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. **SUPRIMIDO**

2.1. SUPRIMIDO

3. **DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Não há itens para a participação exclusiva de microempresas ou de empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

- 3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.7.10. **sociedades cooperativas;**
- 3.7.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.7.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. SUPRIMIDO
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de

trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. SUPRIMIDO

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. SUPRIMIDO

4.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos

seguintes campos:

- 5.1.1. valor unitário e total do item;
- 5.1.2. Marca;
- 5.1.3. Fabricante;
- 5.1.4. Quantidade cotada, **no qual deverá ser cotada o quantitativo total**;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. SUPRIMIDO
- 5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação
- 5.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.9.3. SUPRIMIDO
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.11. SUPRIMIDO
- 5.12. SUPRIMIDO

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão

e as regras estabelecidas no Edital.

- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 10,00 (dez reais)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. SUPRIMIDO
- 6.11.1. SUPRIMIDO
- 6.11.2. SUPRIMIDO
- 6.11.3. SUPRIMIDO
- 6.11.4. SUPRIMIDO
- 6.11.5. SUPRIMIDO
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. SUPRIMIDO
- 6.13.1. SUPRIMIDO
- 6.13.2. SUPRIMIDO
- 6.13.3. SUPRIMIDO
- 6.13.4. SUPRIMIDO
- 6.13.5. SUPRIMIDO
- 6.13.6. SUPRIMIDO
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade:

6.22.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.22.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta

permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. SUPRIMIDO

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. SUPRIMIDO

7.7.1. SUPRIMIDO

7.7.2. SUPRIMIDO

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. contiver vícios insanáveis;

7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

- 7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.10. SUPRIMIDO
- 7.10.1. SUPRIMIDO
- 7.10.2. SUPRIMIDO
- 7.10.3. SUPRIMIDO
- 7.10.4. SUPRIMIDO
- 7.11. SUPRIMIDO
- 7.11.1. SUPRIMIDO
- 7.11.2. SUPRIMIDO
- 7.11.3. SUPRIMIDO
- 7.11.4. SUPRIMIDO
- 7.11.5. SUPRIMIDO
- 7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.14. SUPRIMIDO
- 7.15. SUPRIMIDO
- 7.16. SUPRIMIDO
- 7.17. SUPRIMIDO
- 7.18. SUPRIMIDO

8. DA HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. SUPRIMIDO

8.4.1. SUPRIMIDO

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio do sítio eletrônico www.gov.br/compras.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por meio de correspondência eletrônica no endereço ascom@antaq.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. SUPRIMIDO

8.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.20. SUPRIMIDO

9. **SUPRIMIDO**

9.1. SUPRIMIDO

10. **SUPRIMIDO**

10.1. SUPRIMIDO

11. **DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. SUPRIMIDO

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.gov.br/compras.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela pregoeira durante o certame;
- 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 12.1.2.4. SUPRIMIDO
- 12.1.2.5. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.5. fraudar a licitação
- 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.6.3. SUPRIMIDO
- 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial
- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.
- 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: E-mail: pregoeiros@antaq.gov.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.antaq.gov.br.
- 14.12. Integram este Edital (2184216), para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- I - Anexo I - Termo de Referência (2169657);
 - a) Apêndice I - Estudo Técnico Preliminar (2108961);
 - b) Apêndice II - Modelo de Proposta de Preços.
 - c) Apêndice III - Modelo de Pleno Conhecimento das Condições Necessárias para a Prestação do Serviço.

Brasília-DF, 12 de março de 2024.

FABRÍCIO FERNANDO CARPANEDA SILVA

Gerente de Licitações e Contratos



Documento assinado eletronicamente por **Fabício Fernando Carpaneda Silva**, Gerente de Licitações e Contratos, em 12/03/2024, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.antaq.gov.br/>, informando o código verificador **2184216** e o código CRC **F49D2289**.